

NATURALISMO ONTOLÓGICO E O PROBLEMA MENTE/CORPO

LUCAS VINÍCIUS CINTRA MENDES¹; JULIANO SANTOS DO CARMO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luccas.filosofia@hotmail.com.

²Universidade Federal de Pelotas – juliano.ufpel@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar a relação entre mente e corpo sob a perspectiva de um naturalismo filosófico. O problema que reside nesta relação diz respeito a assunção de duas teses conflitantes, uma metafísica e outra naturalista: de um lado, tem-se a tese *dualista* que alega que o mental e o físico são substâncias distintas e assimétricas; e, de outro lado, a alegação *monista* de que mente e corpo possuem uma mesma substância e são, por assim dizer, simétricos. As duas teses carregam fortes pressupostos e diversos problemas.

A tese *dualista*, é formulada, de modo mais cuidadoso por DESCARTES (2005) que endossa uma dicotomia entre mente e corpo, com intuito de não incorrer nos equívocos aos quais supostamente a percepção está sujeita. Sua estratégia consiste em duvidar radicalmente de todo conhecimento adquirido na experiência, pois este pode ser ilusório e enganador, ao passo que o conhecimento verdadeiro seria equivalente ao intelecto. Essa cisão, acarreta num apelo metafísico às ideias básicas (por exemplo, alma e Deus) que são “claras e evidentes” (RITCHE, 2012, pp. 21-24). Em virtude disto, as indagações céticas de Descartes o levaram à tese do *Cogito*: se o pensamento fosse possível, então para pensar os seres humanos deveriam existir (sua tese ontológica).

Em resposta à tese *dualista*, os naturalistas contemporâneos buscam resolver a descontinuidade cartesiana entre substância imaterial e substância matéria apelando para a ideia de que não existe uma diferença substancial, isto é, mente e corpo são, em última instância, físicas (um *monismo*). Neste sentido, há diversas noções de “naturalismo” e cada uma assume compromissos distintos para resolver o problema¹. O que é comum às teses naturalista é que, normalmente, para responder a questão mente/corpo tem-se como base a noção de *causalidade*. Além disso, o naturalista contemporâneo compreende que a filosofia se preocupa com problemas semelhantes aos das “ciências naturais” e, em decorrência disso, os resultados advindos das ciências possuem relevância nas conclusões filosóficas; ao contrário do que pensou Descartes.

Em síntese, tais questões e suas implicações parecem conduzir à ideia de que é possível resolver este problema sem apelar a uma concepção categoricamente distinta da causalidade física. No entanto, a resposta naturalista precisa resolver algumas questões caras, como por exemplo, se a noção de causalidade (ou o determinismo causal) física deixa espaço para que manifestações mentais possam gerar consequências físicas.

2. METODOLOGIA

¹ Como sugere STRAWSON (2008, pp. 11-13), o “naturalismo” é um termo cujo uso é “elástico” e acaba por ser aplicado a filósofos que teriam tão poucas teses em comum, como por exemplo, Hume e Spinoza. Não obstante, outros filósofos naturalistas, como PAPINEAU (2015) e RITCHE (2012), concordam com as afirmações de Strawson de que não há uma definição (ou um significado unívoco) suficiente para abranger todos os usos do termo.

Os procedimentos adotados para realização da pesquisa e geração de resultados diz respeito exclusivamente à leitura e análise de textos filosóficos envolvidos ao problema. Em razão disto, utilizou-se da bibliográfica especializada para análise qualitativa da discussão contemporânea no âmbito do naturalismo filosófico, com foco principal na obra, de PAPINEAU (1993), *Philosophical Naturalism*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma resposta candidata a responder o problema de modo abrangente refere-se à tese da *completude física*, desenvolvida pelo *naturalismo ontológico*². Assumir este compromisso naturalista implica que seja possível explicar o conteúdo daquilo que foge aos limites das demais ciências especiais (a biologia, química, psicologia, entre outras) e, além disso, especificar se os eventos não físicos podem causar eventos físicos. Deste modo, o naturalista deve mostrar a relação existente entre as propriedades físicas e aquelas que não parecem físicas (que são “especiais”, como os eventos mentais, a moralidade, os números, as normas de justificação, etc.).

Alguns fisicalistas, como PAPINEAU (1993, p. 17), oferecem uma imagem da realidade com base no argumento da completude que sustenta que tanto a causação quanto a apreensão de fenômenos são completamente físicas. Em termos de ontologia, este tipo de defesa apela para o *monismo físico*. Portanto, a questão, é saber se esta alegação é de que existe um monismo de propriedades, uma vez que o monismo substancial já parece estar pressuposto na tentativa de redução de propriedades não-naturais a propriedades naturais, por meio da negação de um reino mental *sui generis*. Assim, o argumento da completude física assume que a física em contraste com as “ciências especiais” é completa, no sentido de que não é necessário postular nenhum outro reino para justificar que certos eventos antecedentes causam mudanças nos eventos futuros. Deste modo, parece possível fazer previsões exatas quando se utiliza as leis físicas. De acordo com sua definição, teríamos que: (1) as consequências físicas são fixadas conforme são dados os antecedentes físicos. Se existem dois sistemas idênticos fisicamente em um mesmo contexto, então ambos terão as mesmas consequências físicas.

Preliminarmente, tem-se que o sistema mental deve ser idêntico ao sistema físico para que ele possa causar qualquer consequência, ou seja, para que a causação seja implicada por propriedades “especiais” deve existir uma relação de identidade. No entanto, o monismo físico não garante necessariamente a identidade de propriedades, uma vez que não é claro que eventos mentais são (ou têm) causas de certos eventos físicos. Com efeito, este é o problema da relação mente-corpo que o fisicalista precisa responder, para mostrar que a realidade é totalmente física.

Neste sentido, MCGUINN alega que dois eventos em questão (x e y) possuem uma relação de identidade, porém não têm as mesmas propriedades, isto é, eventos mentais não são eles mesmos físicos. Na verdade, isso mostra que a dor, por exemplo, possui um aspecto causal: enquanto um evento mental ela estimula fibras específicas do cérebro. Neste sentido, há, pelo menos, dois modos de tratar

² Nas palavras de PAPINEAU: “o naturalismo ontológico sustenta que realidade envolve nada mais do que as entidades estudadas nas ciências naturais e não contém nenhum reino sobrenatural ou transcendente” (2016, p. 30).

o problema: primeiro, assume-se que há uma diferença entre fatos (ou eventos), isto é, ainda que os fenômenos mentais tenham implicações físicas eles são de um tipo diferente e, conseqüentemente, não são redutivos; e, segundo, conciliar a ideia da identidade de espécimes (*token identity*) com a congruência de espécime (*token congruence*) entre os fatos supervenientes e os fatos subvenientes. Ambas alternativas expressam um desafio para a *completeude física*.

O primeiro modo de resolver o problema, como sugerido por MCGUINN (1996, pp. 29-30), aponta para a ideia de que não há uma atribuição forte de identidade (*type identity*), mas uma concepção de identidade de espécimes entre eventos físicos e mentais. O *insight* é semelhante à analogia de que qualquer objeto físico possui atributos como cor e massa. Exemplificando, dada uma cadeira azul, ainda que exista uma identidade entre a cor e a massa desta cadeira, estas propriedades não são as mesmas. Deste modo, há uma diferença entre objeto e propriedade: ainda que os fenômenos mentais sejam parte do mundo físico, isto não implica que eles possam ser reduzidos a eventos físicos, dado que as propriedades físicas são distintas das propriedades mentais. Além disso, a ciência não é capaz de mapear exatamente quais são as propriedades dos fatos mentais como o faz com fatos físicos; se estados mentais possuem um tipo de causalidade, esta é de um tipo diferente da física³.

O segundo modo de encarar o problema, conecta-se diretamente com o primeiro. Efetivamente, PAPINEAU (1993), alega que deve existir uma conciliação entre dois tipos de espécimes (*tokens*), a identidade de espécime e a congruência de espécime, uma vez que a mera “covariação” de identidade de tipo não escapa da premissa do epifenomenalismo (*epiphenomenalism*)⁴. O epifenomenalista coloca a seguinte cláusula: se os estados mentais “flutuam acima” (*float above*) do cérebro enquanto fenômenos conscientes (de acordo com a tese da superveniência), então eles são causalmente determinados e não podem sofrer ou gerar mudanças sem que existam variações físicas.

Assim, se o fisicalista aceita que a psicologia é superveniente sobre a física, então tem-se a seguinte premissa, denominada por PAPINEAU (1993, pp. 17-18) como *Manifestabilidade do mental*: (2) se existem dois sistemas mentalmente diferentes, então deve existir algum contexto físico em que cada sistema desempenha conseqüências físicas distintas, ou pelo menos, que as conseqüências físicas desta hipótese sejam possíveis.

Esta é uma premissa que o epifenomenalista parece aceitar, uma vez que se a Manifestabilidade do mental for entendida causalmente (em termos neutros), há somente uma especificação de que a diferença mental se segue a diferença física. Com efeito, o epifenomenalismo nega que os eventos mentais possam sempre causar os efeitos físicos, e, em decorrência disso, nega também que o mental possa se manifestar conseqüências físicas, isto é, o mental possui uma manifestabilidade não causal. Desta forma, a conclusão das premissas (1) e (2)

³ Este argumento apela para a superveniência do estado mentais sobre os físicos. Com efeito, isto implica em que, de algum modo, os eventos especiais que supervêm aos físicos mudam quando existe alguma alteração nos estados subvenientes, ou seja, a ideia de que eventos físicos causam os eventos mentais. Logo, esta parece ser uma resposta para o problema mente-corpo, mas ainda persiste a ideia de se a “covariação” ou dependência causal é uma resposta suficiente. Davidson formula este argumento do seguinte modo: “tal superveniência pode ser entendida no sentido de que não pode haver dois eventos similares em todos os aspectos físicos, mas que diferem em alguns aspectos mentais, ou que um objeto não pode alterar em algum aspecto mental, sem alterar em algum aspecto físico” (DAVIDSON, 2006, p. 389).

⁴ A grosso modo, a diferença entre identidade de espécimes e identidade de tipo é que a primeira alega que eventos individuais mentais e físicos têm identidade, enquanto que a segunda afirma a existência de identidade entre tipos de eventos mentais com tipos físicos.

conduz ao argumento formulado por MCGUINN (1996, pp. 29-30); aceitá-las acarreta a aceitação da identidade de espécime, logo, implica na “covariação”. No entanto, PAPINEAU (1993, pp. 21-22) aponta para a possibilidade de recusar a premissa (2) desde que se sustente que os eventos mentais estejam aptos a mostrar, por si mesmos, as diferenças em consequências físicas: (3) qualquer evento mental causa um evento físico.

Disso, segue-se a tese da *completude física* em exclusão da premissa (2). Em outros termos, conclui-se que: (4) todos os efeitos físicos possuem causas completamente físicas. Logo, se o mental causa determinados eventos físicos, e seus efeitos são completos, então ambos são dependentes causalmente. Há uma identidade causal, uma congruência de espécime, em exclusão à sobredeterminação. Portanto, um estado mental como ter preocupações sobre o futuro deve poder ter consequências físicas como aquela em que o evento mental x (dor) causa o evento físico y (estimulação das fibras C), ou seja, se houver uma identidade de espécime, então as características físicas serão sempre as mesmas. Nesta perspectiva, o mental e o físico são ontologicamente inseparáveis e, em decorrência disso são causalmente indissociáveis.

4. CONCLUSÕES

Portanto, parece suficiente para os propósitos do naturalismo fisicalista oferecer uma investigação razoável da realidade em termos de relações causais, uma vez que, o desenvolvimento científico (atual) possibilita uma averiguação mais aprimorada dos fatos naturais. Assim, a tarefa de explicar a realidade recorrendo às evidências disponíveis parece mais razoável do que postular entidades misteriosas (de antemão) desprovidas de critérios de verificação. Além disso, a filosofia e a ciência partilham de preocupações reais sobre o mundo natural (ou a realidade), e, conseqüentemente, isto implica que a filosofia mantenha um diálogo mais próximo (e interdisciplinar) com as ciências e seus resultados. Assim, tem-se que é possível responder problemas clássicos da filosofia (como o problema mente/corpo) utilizando as contribuições disponíveis oferecidas pela ciência. Logo, responder questões filosóficas sob este viés diz respeito a uma maior interação entre a filosofia da mente e o naturalismo com a ciência cognitiva e as ciências naturais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIDSON, D. Mental Events. *In* BEAKLEY, B; LUDLOW, P. **The Philosophy of Mind: Classical Problems/Contemporary Issues**. Massachusetts Institute of Technology, 2006, pp. 385-398.
- DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.
- MCGUINN, C. **The Character Of Mind: An Introduction to the Philosophy of Mind**. Oxford University Press Inc., New York, 1996.
- PAPINEAU, D. **Philosophical Naturalism**. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. **Naturalism**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2015.
- _____. The Poverty Of Analysis. *In* CARMO, J. S. **A Companion to Naturalism**. Pelotas: NEPFil online, 2016, pp. 30-50.
- RITCHIE, J. **Naturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- STRAWSON, P. F. **Ceticismo e naturalismo: algumas variedades**. Editora Unisinos, São Leopoldo/RS. 2008.